

OREAL DENTADURA E O LEÃO DO

Paulo Capel Narvai

Antes do vendaval que sacudiu as bolsas de valores ao redor do mundo, Fernando Henrique Cardoso se sentiu no direito de fazer graça com as nossas bocas banguelas e a dentadura — produto que estaria sendo mais consumido em face do “sucesso” do plano real. Depois do iogurte e do frango (de cuja imagem-símbolo Maluf se apropriou), a dentadura. Imediatamente, já que meu objeto de trabalho é a saúde bucal coletiva, fui instado a me manifestar. Muitos queriam saber que história era essa com as dentaduras. Após algumas conversas, aceitei a sugestão de colocar algumas idéias no papel e entrar na discussão, tentando algum aprofundamento, já que a mídia insistiu em manter o tom de galhofa.

Agora, depois do vendaval que levou o governo a fazer o acesso regular ao dentista proibitivo para pelo menos três dias o equivalente à metade dos brasileiros, e a pletoira profissional, que gasta em um ano com saúde, apenas para manter a consequência da política liberal vigente no sistema de estabilidade da moeda, e com o plano real tão estável de formação de recursos humanos para o setor saúquanto um equilibrista na corda bamba — e gerando de cada vez mais recessão e desemprego — descobrimos, Esse quadro leva a que, cada vez mais, um maior perplexos, que o verdadeiro símbolo do real é o leão danúmero de pessoas procure os serviços públicos para Receita Federal. E pelo tamanho e firmeza da mordida resolver problemas de saúde bucal. Esses serviços, que não há dúvida: o bicho está com dentadura novinha emdispõem de cerca de 20% dos recursos empregados na folha. Até quando suportaremos tantas dentadas? assistência odontológica no Brasil, são praticamente a

Alguns chegaram a ranger os dentes. O anúncio, única opção assistencial para aproximadamente 80% pelo presidente FHC, da dentadura como símbolo dos brasileiros. Com a criação do Sistema Único de

de sucesso do plano real surpreendeu a todos. Entre os cirurgões-dentistas causou constangimento. As declarações não se apoiavam em nenhuma pesquisa e o cotidiano profissional no setor odontológico indica que a recessão produzida pelo plano real é uma das responsáveis pela fuga de clientes dos consultórios. Estima-se uma ociosidade da ordem de 50% nas horas-dentista disponíveis no setor privado de prestação de serviços odontológicos. Tal ociosidade tem, basicamente, duas grandes causas: o baixo poder aquisitivo da população — decorrente da má distribuição da renda — que torna

Saúde (SUS) em 1988 e, principalmente, com a municipalização da saúde, muito tem sido feito pela saúde bucal — principalmente entre as crianças. No período de 1986 a 1996, o país registrou um declínio de 52% na prevalência da cárie dentária na idade-índice de 12 anos, conforme pesquisa nacional realizada pelo Ministério da Saúde, com apoio das entidades odontológicas. Mas o país não dispõe de dados sobre a situação entre adolescentes, adultos-jovens e idosos. Nesses grupos populacionais, a mutilação dentária sistemática — que celebrizou o Brasil entre os dentistas do mundo como o país dos banguelas — continua em marcha.

As razões para isso são o predomínio de uma prática profissional centrada em ações curativas e presa à lógica de mercado, onde parece não haver lugar para ações educativo-preventivas necessárias para reverter a situação, e o descaso do poder público, principalmente do governo federal. A falta de investimentos na área social, uma das principais características do governo FHC, produz um quadro dramático no setor saúde. Os que trabalham nos serviços públicos rangem os dentes diariamente: é muito difícil vivenciar a pressão de, sem recursos, ter de improvisar o tempo todo e ver cair a qualidade dos serviços que realizam. Mas rangem-se os dentes também com promessas eleitorais não cumpridas. FHC, num dos dedos da mão que insistentemente nos mostrou quando candidato, prometeu que, nos primeiros 12 meses de governo, dobraria os recursos destinados à saúde: dos 100 reais em média por pessoa por ano em 94, saltaríamos para 200 reais/per capita/ano no final de 95. Não cumpriu a promessa. Obrigou o ex-ministro Jatene a gastar seu tempo, que deveria estar voltado para o controle de endemias e epidemias, implorando recursos aos seus colegas da área econômica — sem sucesso.

A CPMF evitou o pior, mas o sarampo, doença praticamente sob controle sanitário na última década, vem fazendo um número crescente de vítimas. Não cumprir a promessa de elevar o orçamento da saúde faz com o Brasil do plano real mantenha um padrão de financiamento do setor que o coloca, nesse aspecto, ao lado da Somália e da Guatemala — muito longe, portanto, dos 500 dólares/per capita/ano recomendado aos países pela Organização Mundial da Saúde. Com o reforço da CPMF, deveremos chegar, este ano, a 126 reais/per capita/ano. Sem a CPMF — ou outra fonte permanente

de recursos — voltaremos ao padrão de 60 a 70 reais/per capita/ano. Não se dispõe de dados precisos mas estima-se que, desse minguado total, entre 6 a 8 reais/per capita/ano são destinados à assistência odontológica.

FHC declarou também que 97 seria o Ano da Saúde. Em congresso nacional, realizado em junho deste ano em Brasília, os dirigentes das entidades odontológicas brasileiras denunciaram que “no Ano da Saúde”, o Plano de Metas do Ministério da Saúde, com 27 pontos, não dedica uma única palavra à saúde bucal dos brasileiros. Essa omissão deixa claro que se o país vem conseguindo alterar para melhor a situação de saúde bucal em algumas comunidades, isso deve ser creditado ao trabalho que municípios, estados, as entidades e a categoria odontológica, empresas e a sociedade vêm fazendo, apesar dos escassos recursos e do descaso do governo federal”.

Com a dentadura sob o holofote, o deputado Arnaldo Faria de Sá correu a apresentar projeto para obrigar o SUS a distribuir esse tipo de prótese para carentes e idosos. Talvez o projeto não precise ser aprovado. Basta conhecer e ampliar a experiência do município de Santos. Com a efetiva implantação do SUS na cidade, aquele município não apenas reduziu a cárie dentária nas crianças como também criou um programa para oferecer próteses dentárias, reconhecendo na prática esse direito constitucional dos cidadãos. Mas isso só foi possível porque o governo municipal rejeitava e se opunha à “cartilha” neoliberal, cujas receitas FHC segue com água na boca.

O inusitado da declaração do presidente, contudo, é que ela faz lembrar um outro presidente. Ainda “candidato” ao cargo, o ex-presidente João Figueiredo defendia as eleições indiretas argumentando que “o povo não sabe nem escovar os dentes, quanto mais votar certo”. Como se vê, sequer é original fazer relações entre dentes e votos. Se não quiser ver sua imagem associada à de Figueiredo, o que não gostava de eleições, preferia o cheiro dos cavalos e queria que o povo o esquecesse, FHC, que sempre gostou de eleições e anda babando por uma reeleição, deve tratar de buscar outro símbolo para o seu plano e o seu governo. Pelo menos em respeito ao lastimável estado das bocas dos seus compatriotas.

Paulo Capel Narvai é professor de Odontologia da USP.